

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

**PERCEÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA ACERCA DA ACESSIBILIDADE
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS CAMPUS
LARANJEIRAS DO SUL**

Fernanda Natali Demichelli –
UFFS - fernanda_int@uffs.edu.br
Cristian Ricardo de Oliveira Castro Pazini -
UFFS - cristian.pazini@uffs.edu.br
Ivan Ramos -
UFFS - ivanr4848@gmail.com
Igor Matheus da Silva Pinto -
UFFS - igor.uffs@gmail.com

Eixo 3: Educação Superior

Resumo

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior não é um fato recente, porém, nos últimos anos, com apoio de legislações específicas, esse público tem aumentado e com isso aumenta-se também a necessidade de ampliar o debate sobre o assunto. A partir do exposto, o projeto teve como objetivo verificar o nível de percepção da comunidade acadêmica da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Campus Laranjeiras do Sul - PR, sobre as questões relacionadas à acessibilidade. Para isso, foi utilizado questionário estruturado com escala de atribuição de valor de um a cinco. A pesquisa contou com uma amostra de 115 participantes da comunidade acadêmica, entre eles técnicos administrativos, professores e acadêmicos. Após a coleta de dados, realizou-se médias ponderadas, que foram sistematizadas em gráficos e tabela. Com o estudo, foi possível obter um diagnóstico de alguns locais do *Campus*, em relação à acessibilidade física, e que poderá auxiliar em futuras ações para melhorar a acessibilidade, além de orientar os setores institucionais na elaboração de ações que fomentem o processo de inclusão.

Palavras-chave: inclusão 1; ensino superior 2; acessibilidade 3.

Introdução

Segundo a ABNT NBR 90/50, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Já a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) traz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Assim a acessibilidade não está ligada apenas à barreiras físicas e arquitetônicas, seu conceito é mais abrangente e envolve

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

barreiras atitudinais, comunicacionais e sociais. A acessibilidade não diz respeito apenas à pessoas com deficiência, mas a qualquer indivíduo que necessite de atendimento diferenciado, como por exemplo: pessoas com baixa estatura, mobilidade reduzida, obesa, etc. (SILVA, 2017).

A Declaração de Salamanca (1994) cita que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”. A Convenção da Guatemala afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que os demais indivíduos da sociedade; afirma, ainda, que toda exclusão ou diferenciação que impeça o exercício desses direitos e liberdades é considerado uma forma de discriminação. A Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva aponta que “O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”. Sendo assim, a Inclusão na educação é mais do que simplesmente dar acesso aos alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação, ela está atrelada à permanência do mesmo, sem qualquer tipo de distinção em razão de sua condição, pois cada ser humano é único, com seu ritmo de aprendizagem próprio, suas dificuldades e habilidades específicas.

A inclusão no ensino não se dá apenas na educação básica, ela perpassa todos os níveis da educação, atingindo, também, o ensino superior. A Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 (Brasil, 2016) dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, destinando, assim, uma parcela das vagas para pessoas com deficiência. Já o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro 1999 (Brasil, 199) em seu artigo 27, aponta que “As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência”. Tais adaptações estendem-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso nos cursos de ensino superior. As Instituições precisam estar atentas às diferenças individuais e os

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

profissionais necessitam estudar caso a caso, discutir, refletir e pensar em maneiras de incluir, de fato, esses alunos no Ensino Superior, visando eliminar as barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais. É necessário, também, implementar alternativas pedagógicas com o intuito de dar condições para o acesso e permanência desses alunos na Instituição, relacionando, sempre que possível, os conteúdos das disciplinas com o cotidiano desses acadêmicos (LÍDIO; CAMARGO, 2008).

Buscando garantir esse acesso e permanência, na UFFS foi publicada a Resolução nº 4/2015 –CONSUNI/CGRAD, que instituiu a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. Os Setores de Acessibilidade em cada Campi e a Divisão de Acessibilidade da Diretoria de Políticas de Graduação – DPGRAD/PROGRAD compõem o Núcleo de Acessibilidade da UFFS. Esses setores têm como objetivo garantir que esses alunos tenham acesso e permaneçam nos cursos ofertados, seja de graduação ou pós-graduação. Tem como foco, também, eliminar barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais de servidores que necessitem de alguma adaptação/adequação para utilização dos espaços do *Campus*. Um dos maiores problemas encontrados por alunos com de deficiência é o preconceito.

De acordo com Nuernberg (2011), a barreira atitudinal pode ser considerada a origem das demais barreiras, pois é dela que derivam-se a discriminação, o preconceito, os pré-julgamentos. Tem-se, historicamente, na educação a supervalorização da homogeneidade, do aluno padrão, onde a diferença sempre foi tratada com um problema para a escola e para o professor. No ambiente universitário, a diversidade está cada vez mais presente. Um dos fatores que estão contribuindo para essa diversidade é a Lei de nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), que dispõe as vagas de cotas no ensino superior. Esta lei garante uma porcentagem das vagas para alunos de escola pública, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Pensando nesse contexto de inclusão no ensino superior, o presente trabalho visou avaliar a percepção da comunidade acadêmica sobre questões de acessibilidade, dentre elas a acessibilidade física

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

estrutural da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Laranjeiras do Sul.

Objetivos

Avaliar a percepção da comunidade acadêmica sobre a acessibilidade na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Laranjeiras do Sul - PR.

Metodologia

Para este estudo foi utilizado questionário, estruturado, on-line, composto de três questões fechadas e 18 questões baseadas na escala de Likert (THOMAS; NELSON, 2002). Nas questões fechadas, os participantes poderiam responder sim ou não; já nas questões com escala, os participantes responderam de acordo com o seu grau de avaliação, atribuindo valor de um a cinco a cada questão.

A escala atribuiu o conceito de 1 (um) para não acessível e 5 (cinco) para totalmente acessível; os valores 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro) correspondiam, respectivamente, a pouco acessível, médio e quase acessível. As questões abordaram temas relacionados à acessibilidade nas estruturas físicas do *Campus* Laranjeiras do Sul, áreas internas e externas dos prédios, transporte, entre outras, e foram estruturadas com base no modelo de protocolo para diagnosticar as condições de acessibilidade às instituições públicas do estado do paraná (SILVA; BONATTO, 2010).

No primeiro momento, as questões foram direcionadas à percepção mais teórica, com perguntas gerais sobre a existência do Setor de Acessibilidade no *Campus*, se o participante já teve contato com alguma legislação sobre acessibilidade e sobre considerar-se atento (a) às questões de acessibilidade. Posteriormente, o questionário propôs uma avaliação sobre a acessibilidade com relação ao: transporte, estacionamento e pontos de embarque, acesso aos blocos, piso tátil interno e externo, elevadores, banheiros, salas de aula, auditórios,

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

mobiliário, biblioteca, sala de reprografia, cantina, restaurante universitário, laboratórios, placas informativas e bebedouros.

O meio de divulgação do questionário foi *via e-mail*, redes sociais e informativo semanal do *Campus*, ficando disponível para resposta no período de 5 de setembro até dia 28 de novembro de 2018. A partir dos dados coletados, foram trabalhadas as médias dos valores atribuídos em cada questão, ou seja, a pontuação ficou entre um e cinco, sendo um a nota mínima e cinco a máxima. Com base nos dados obtidos a partir das questões com escala, foram feitas médias ponderadas. Somou-se os valores das respostas por segmento (professor, técnico e acadêmicos) e dividiu-se pelo número de participantes da categoria referida. Para realizar a média geral, foi feita a somatória das notas dos participantes sem discriminação de categorias e posteriormente dividido esse valor pelo total de pessoas que responderam ao questionário, ou seja 115.

Referencial teórico

A acessibilidade deve tanto permitir a chegada ao local, bem como possibilitar a compreensão, organização e orientação espacial do ambiente (DISCHINGER et al.; 2008). Além da acessibilidade arquitetônica, outra dificuldade encontrada pelas pessoas com deficiência no seu relacionamento com o outro, segundo Mazzoni (2003), são as barreiras atitudinais. Pode-se considerar, por exemplo, ausência de preocupação com a localização do agente ativo da produção do conhecimento, nos ambientes de auditórios universitários.

Em sua pesquisa sobre acessibilidade nos ambientes universitários, Mazzoni (2003) notou a falta de um planejamento adequado nos ambientes destinados ao estudo, trabalho, e lazer, onde frequentemente são encontradas barreiras arquitetônicas. Percebeu, também, a inexistência de mobiliário adaptado e mobiliário urbano inadequado, situação precária de atendimento dos serviços de transportes e carência de tecnologias de apoio para estes usuários.

Sobre a visão dos docentes acerca da inclusão de estudantes com deficiência, Vilela-Ribeiro e Benite (2010), em sua pesquisa, avaliaram percepções sobre a educação inclusiva de professores formadores de um curso de licenciatura

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

em Química de uma Instituição de Ensino Superior pública de Goiás. Constataram que os professores não se sentem, ainda, preparados para a inclusão, e que precisam adequar sua visão sobre educação inclusiva.

Nos estudo de Poker et al. (2018), em uma Universidade pública de São Paulo, percebeu-se que os docentes têm uma percepção favorável quanto ao processo de inclusão; entretanto, reconhecem que suas atitudes são falhas e sua formação na área é incipiente, levando à insegurança e despreparo. A instituição também foi foco de críticas pelos professores.

Percebe-se, a partir dos levantamentos realizados, que a inclusão de medidas de acessibilidade no ensino superior é desenvolvida lentamente e de forma precária. Apesar de toda legislação de amparo, há muito trabalho de sensibilização e conscientização a ser feito e discutido nesses espaços.

Resultados e Discussão

No total, 115 pessoas participaram da pesquisa, entre elas 15 técnicos administrativos, 19 professores e 81 acadêmicos. Os dados referentes às questões fechadas foram tabulados e organizados na Tabela 1.

Tabela 1. Respostas dos participantes quanto ao conhecimento sobre acessibilidade.

| | Você sabe que existe, no <i>Campus</i> , um setor responsável pelas ações que se referem à acessibilidade? | | Você se considera atento às questões de acessibilidade? | | Você já teve contato com alguma legislação sobre acessibilidade | |
|--------------------------|--|---------------|---|---------------|---|---------------|
| | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não |
| Técnicos administrativos | 15 100 % | 0 0 % | 12 80 % | 03 20 % | 08 53,33 % | 07 46,67 % |
| Professores | 16 84,21 % | 03 15,79 % | 15 78,95 % | 04 21,05 % | 12 63,16 % | 07 36,84 % |
| Acadêmicos | 56 69,14 % | 25 30,86 % | 41 50,62 % | 40 49,38 % | 53 65,43 % | 28 34,57 % |

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Verificando a questão que abordou o conhecimento dos participantes sobre a existência Setor de Acessibilidade no *Campus*, os dados mostram que todos os participantes da categoria técnicos administrativos, a maioria dos docentes (80%) e quase 70% dos acadêmicos conhecem o Setor de Acessibilidade, ou seja, para melhorar a divulgação dos serviços oferecidos pelos Setor, as ações de intervenção deveriam ocorrer voltadas ao segmento dos acadêmicos, que teve menor votação. Sobre a percepção acerca das questões de acessibilidade, quase metade dos acadêmicos não consideram-se atentos, essa porcentagem, considerada alta se comparada aos demais segmentos, demonstra carência na disseminação de informações a respeito da inclusão de pessoas com deficiências, não só entre os cursos de licenciatura, mas principalmente das áreas de engenharia, agrárias e sociais aplicadas que acabam não tendo disciplinas da área de inclusão educacional na grade curricular.

A sensibilização de todos os envolvidos no processo de inclusão é necessária para que sejam respeitadas as diferenças e o acesso à igualdade de oportunidades por todos. Sobre esse assunto, Mendes (2010) aponta que a operacionalidade desse princípio na contemporaneidade é complicada e cheia de armadilhas, pois requer sensibilidade para perceber quais diferenças merecem um tratamento diferenciado. Segundo o autor, tal percepção é subjetiva, evolui com o passar do tempo, e que o entendimento a respeito do direito das pessoas com necessidades especiais nem sempre existiu. É, pois fruto de amadurecimento e de mobilização da sociedade, visto que envolve um percurso árduo e permanente de questionamentos e reflexões (MENDES, 2010).

Sabe-se que a Legislação vigente avançou em relação aos direitos das pessoas com deficiência. Contudo, é importante verificar a efetividade das práticas no cumprimento das disposições legais e quais atitudes favorecem ou desfavorecem a operacionalização da inclusão educacional e social das já mencionadas pessoas. Dessa forma, o questionário buscou avaliar o conhecimento dos participantes sobre a legislação à inclusão, os resultados foram: 46,67% dos técnicos e 36,84% dos docentes citaram não conhecer nenhuma lei a respeito. Isso pode ter sérias implicações, visto que a falta de consciência sobre a legislação, muitas vezes, pode

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

resultar em atitudes discriminatórias e/ou antidemocráticas. Já no segmento acadêmico 65,43% responderam conhecer alguma lei alusiva à acessibilidade.

Em estudo realizado por Souza (2008), sobre a concepção de professores no processo de inclusão de estudantes na Universidade Federal do Piauí, os docentes apresentaram conhecimento difuso sobre as questões que se relacionam à inclusão. Para a autora isso demonstra o quanto os problemas relativos aos indivíduos com deficiência são desconhecidos pela sociedade e que esse fato ocorre, possivelmente, devido a baixa presença das pessoas com deficiência no ensino superior, ocasionado pelo isolamento social histórico sofrido por esse público.

Para mudar essa realidade excludente e realizar a inclusão com qualidade de acadêmicos com deficiência no ensino superior, muitos desafios encontram-se pelo caminho. Além das barreiras atitudinais, um dos problemas recorrentes no ensino superior é a falta de acessibilidade física. Em estudo realizado por Mazzoni (2003), sobre a acessibilidade em Instituições de Ensino Superior, constatou-se que a falta de acessibilidade física no ambiente universitário ocorre, em forma frequente, nos ambientes de uso mais restrito, tais como banheiros e laboratórios, que não foram projetados considerando as necessidades desses alunos, sendo comum a existência de bancadas que possuem altura imprópria para estudantes em cadeiras de rodas, espaços de circulação inadequados e a inexistência de mesas adaptadas para cadeira de rodas ou que possam ser usadas com cadeira de rodas.

No que se refere a acessibilidade nos espaços físicos do Campus, os resultados obtidos a partir das questões, sistematizados e apresentados no gráfico (Figura 1), mostram que os itens que tiveram as piores notas, na visão dos três segmentos, foram transporte e pontos de embarque e desembarque. Esse resultado era esperado, tendo em vista que os ônibus que realizam o transporte coletivo no município de Laranjeiras do Sul - PR não estão adequados de acordo com a norma da ABNT NBR 14022.

Na sequência, os itens que receberam as segundas notas mais baixas, em todos os segmentos, foram: sala de reprografia, cantina e laboratórios. O prédio em que se encontram a sala de reprografia e a cantina é o bloco A. Nesse espaço não há uma sala específica para o serviço de reprografia, dessa forma, são feitas divisórias móveis para delimitar paredes e balcão de atendimento. As notas baixas

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

nesse setor possivelmente se deram devido ao balcão de atendimento estar mais alto do que a norma determina. Em relação à cantina, há um espaço destinado no prédio para essa atividade, porém, percebe-se que internamente, o mobiliário não foi projetado em consonância às normas.

Sobre a nota dos Laboratórios, pode ser explicada pelo fato de que no ano de 2010 houve a matrícula no curso de Agronomia de um estudante cadeirante, com essa demanda o Setor de Acessibilidade e alguns professores começaram a averiguar a acessibilidade nos espaços físicos do Campus. Verificou-se que apesar de ser uma obra recente e possuir acessibilidade nos corredores, portas e sanitários, os laboratórios precisariam de adequações nos espaços internos, como em mobiliários, bancadas, pias, equipamentos, capelas, etc. para ficar totalmente de acordo com as normas.

Sobre os demais pontos avaliados pelo questionário, ainda que cinco locais receberam notas baixas, os demais ficaram todos acima de 3,5. A média geral da acessibilidade no Campus, na avaliação dos participantes, foi de 3,59 numa escala de 1 a 5 (Figura 2). Essa nota pode ser considerada boa se comparada à realidade de outras instituições.

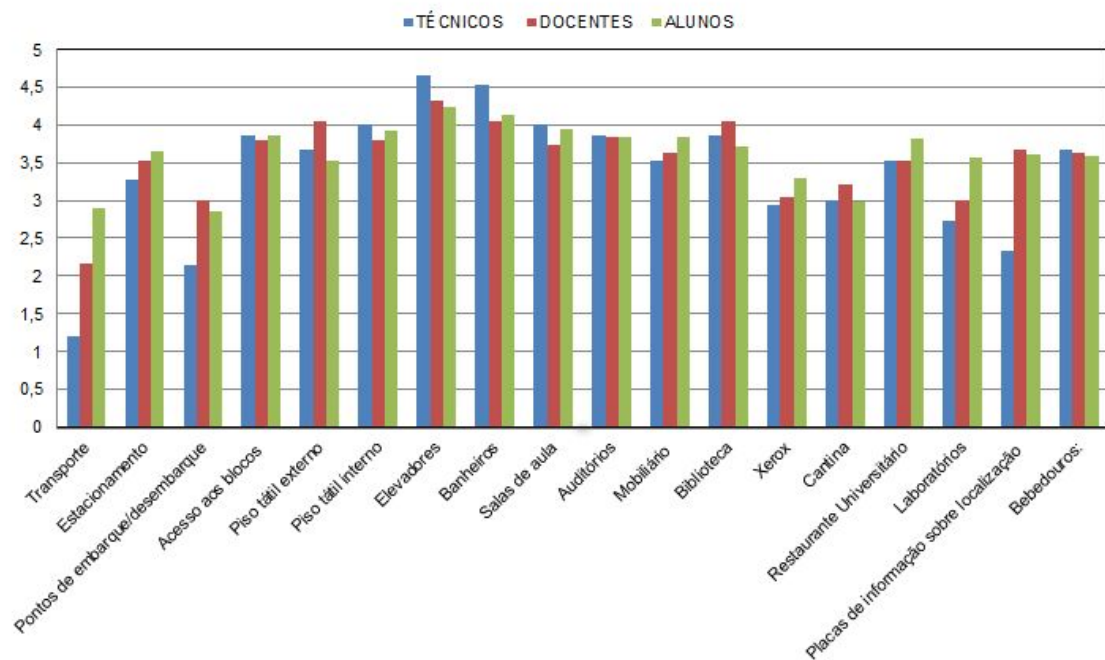
Em pesquisa realizada na Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus Marília por Poker et al. (2018), 92% dos docentes entrevistados relataram que as condições de acessibilidade oferecidas pela faculdade são inadequadas, entre os problemas relatados foram: preocupação com a estrutura física da instituição que não era plenamente acessível, falta de recursos materiais e a inexistência de apoio especializado. Outro estudo realizado por Moreira et al. (2015), analisou sobre a acessibilidade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Campus Nova Iguaçu, e a partir de relato de acadêmico com deficiência constataram que o Campus apresenta problemas na estrutura física, como dificuldade de acesso e circulação na biblioteca, mesmo o prédio tendo sido construído em 2010, após a aprovação das legislações.

Esse levantamento realizado com a colaboração da comunidade acadêmica trouxe elementos que precisam ser observados pelos setores envolvidos, visando a eliminação de todas as barreiras que impedem a efetiva inclusão das pessoas com deficiência no *Campus*. Corroborando com a visão de Limeira (2015), a promoção de

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

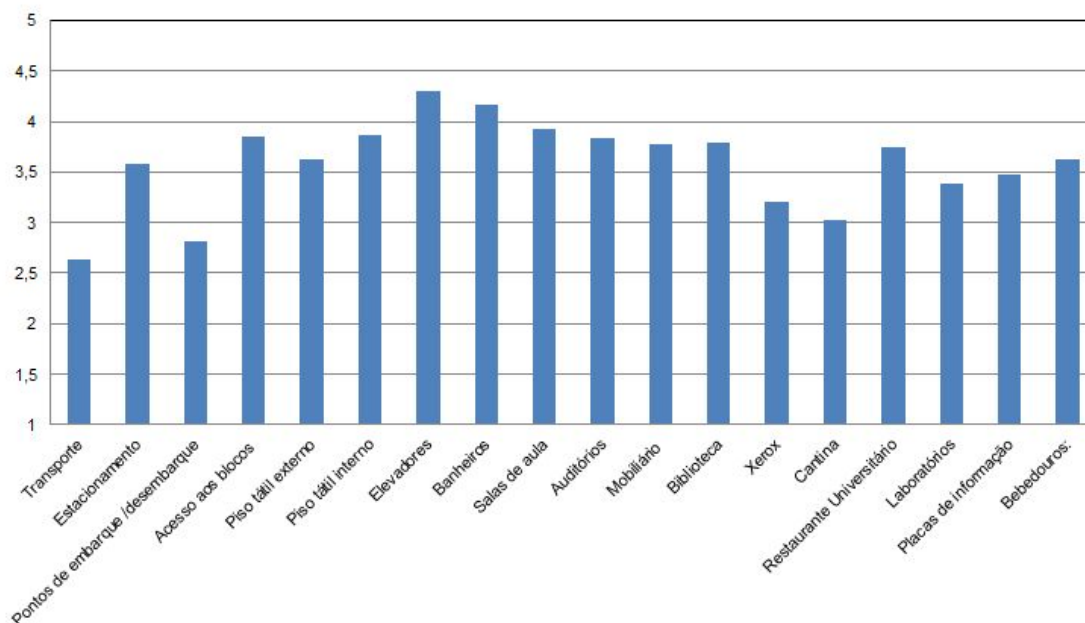
espaços acessíveis são importantes porque favorecem a construção de conhecimentos na interação entre as pessoas com e sem deficiência. As barreiras precisam ser removidas para que ocorra a promoção do verdadeiro acesso e permanência com autonomia aos estudantes, para isso a universidade deve articular políticas que apontem para este caminho como condição para a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior.

Figura 1. Médias das respostas da comunidade acadêmica, por categoria, sobre a acessibilidade em alguns pontos do Campus Laranjeiras do Sul.



XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Figura 2. Média geral de percepção da comunidade acadêmica sobre acessibilidade nas áreas do Campus Laranjeiras do Sul.



Conclusões

O estudo realizado permitiu identificar preliminarmente a visão da comunidade acadêmica a respeito da acessibilidade no *Campus*. Foi possível também reunir elementos que auxiliarão no desenvolvimento de projetos para melhorar a acessibilidade física. Além de auxiliar no direcionamento do público alvo em futuras ações de conscientização e motivação de todos os envolvidos no processo inclusivo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos: NBR 9050**. Rio de Janeiro, 2015.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala, 2001.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.298**, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.

BRASIL. **LEI Nº 12.711**, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

_____. LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016. **Altera a Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9394**, de 20 de Dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**. Política Nacional da Educação Especial. Brasília, 1994.

CHAHINI, T. H. C. **Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da universidade federal do maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior**. Marília, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, 1994.

DISCHINGER, M.; ELY, V. H. M. B.; PIARDI, S. M. D. G. P. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/imagens/noticias/manual_acessibilidade.pdf>. Acesso em: 08 outubro 2019.

LIDIO, V. M.; CAMARGO, M. A. B. **A percepção do docente na inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino superior**. Uberaba, 2008.

LIMEIRA, C. S. **Acessibilidade física e inclusão no ensino superior**: um estudo de caso na Universidade Federal do Pará. Belém. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5646>>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

MAZZONI, Alberto Angel. **Deficiência x Participação**: Um desafio para as Universidades. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/>>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

MOREIRA et. al. **Observatório de educação especial e inclusão escolar** : balanço das pesquisas e das práticas na Baixada Fluminense. São Carlos, 2015.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

MENDES, Rodrigo. **É justo furar a fila? TAM nas Nuvens**. Colômbia, 2010.

NUERNBERG, A. H. **Rompendo barreiras atitudinais no contexto da educação especial na perspectiva inclusiva**. Santa Catarina, 2011. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_06_2011_8.42.43.47dc3016138057668971bf9d26fe5d41.pdf>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006.

PLETSCH, Flávia Faissal de Souza (org.). – São Carlos : Marquezine & Manzini: ABPEE. 178 p. **A acessibilidade no ensino superior**: reflexões sobre a implementação do núcleo de inclusão no instituto multidisciplinar/UFRRJ. 2015.

POKER, R. B.; VALENTIM F. O. D.; GARLA, I. A. **Inclusão no ensino superior**: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/010>>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

SILVA, V. L. R. R.; BONATO, S. J. **Modelo de protocolo para diagnosticar as condições de acessibilidade às instituições públicas do estado do Paraná**. in: Blênio César Severo Peixe, Claudia Cristina Müller, Cleise Maria de A. T. Hilgemberg, Gerson Antonio Melatti, Geysler Rogis Flor Bertolini, Hilka Pelizza Vier Machado, Sérgio Luiz. (Org.). **Formulação e Gestão de Políticas Públicas no Paraná: Reflexões, Experiências e Contribuições**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2010. p. 215-232

SILVA, R.N. **Acessibilidade nas calçadas e ruas em frente aos comércios do centro de Cambé – PR**. Londrina, 2017.

SOUZA, L.M. **A inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Piauí**: concepções de professores. Teresina, 2008.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **RESOLUÇÃO Nº 4/CONSUNI CGRAD/UFFS/2015**: Institui a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na UFFS. Chapecó, 2015. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0004>>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

VILELA-RIBEIRO, E. B.; BENITE, A. M. C. **A educação inclusiva na percepção dos professores de química**. Bauru, 2010.